Estratégias metodológicas e materiais didáticos utilizados:		Estratégias de avaliação da aprendizagem:	
Estudante:	A p r e n d i z a g e n s Consolidadas (Descritores / Habilidades):	Aprendizagens Não Consolidadas:	D e s c r i t o r e s / Estratégias de Intervenção: Habilidades:
Observações:			
Assinatura do(a) professor(a):		Assinatura do(a) pedagogo(a):	

Protocolo 1483806

PORTARIA N. 029-R, DE 30 DE JANEIRO DE 2025.

Estabelece critérios para a utilização de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais, inclusive telefones celulares, por estudantes das unidades escolares da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei n. 3.043/1975 e considerando:

- a **Lei Federal n. 7.716**, de 5 de janeiro de 1989, DOU de 06/01/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor;

- a **Lei Federal n. 8.069**, de 13 de julho de 1990, DOU de 16/07/1990 e DOU de 27/09/1990 (republicação), que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e suas alterações;

- a **Lei Federal n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002, DOU de 11/01/2002, que institui o Código Civil Brasileiro;

- a **Lei Federal n. 13.709**, de 14 de agosto de 2018, DOU de 18/08/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

- a **Lei Federal n. 12.735**, de 30 de novembro de 2012, DOU de 03/12/2012, que altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei n. 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, e a Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico, digital ou similares, que sejam praticadas contra sistemas informatizados e similares; e dá outras providências;

- a **Lei Federal n. 15.100**, de 13 de janeiro de 2025, DOU de 14/01/2025, que dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica;

- o **Decreto Estadual n. 4.922-R**, de 09 de julho de 2021, DIO/ES de 12/07/2021, que institui a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade do Poder Executivo Estadual em consonância com a Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

- a **Resolução CEE-ES n. 2.141**, de 29 de dezembro de 2009, DIO/ES de 04/02/2010, que aprova o Regimento Comum das Escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências;

- a **Resolução CEE-ES n. 4.613**, de 21 de setembro de 2016, DIO/ES de 12/01/2017 (reproduzida por ter sido publicada com incorreção no Diário Oficial de 11 de novembro de 2016), que altera os artigos 66, 71, 73, 81 e 83 do Regimento Comum das Escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo;

RESOLVE:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º Estabelecer critérios para a utilização de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais, inclusive telefones celulares, por estudantes das unidades escolares da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo.

§1º Os critérios estabelecidos nesta Portaria têm como objetivos a utilização desses recursos como ferramentas didático-pedagógicas nas salas de aula e a salvaguarda da saúde mental, física e psíquica dos estudantes.

§2º Para fins desta Portaria, consideram-se salas de aula todos os espaços do ambiente escolar ou outros espaços pedagógicos compatíveis com as atividades desenvolvidas no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes sob orientação dos professores articulados com a equipe pedagógica da escola, por exemplo:

Vitória (ES), segunda-feira, 03 de Fevereiro de 2025.

- I.** sala de aula;
- II.** laboratórios;
- III.** espaço maker;
- IV.** biblioteca;
- V.** quadra de esportes;
- VI.** espaço de convivência;
- VII.** auditório;
- VIII.** museu;
- IX.** teatro;
- X.** cinema;
- XI.** parques; e
- XII.** demais espaços com fins pedagógicos que surjam após esta Portaria.

§3º Aparelhos eletrônicos portáteis são os dispositivos eletrônicos compactos e leves, que podem ser facilmente transportados de um lugar para outro, utilizados para contribuir na melhoria contínua do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, como é o caso:

- I.** do anel inteligente;
- II.** do relógio inteligente;
- III.** da pulseira inteligente;
- IV.** dos óculos inteligentes;
- V.** dos fones de ouvido *bluetooth* inteligentes ou outros tipos de fone;
- VI.** dos *e-readers* (livros digitais);
- VII.** dos *tablets*;
- VIII.** dos *smartphones*; e
- IX.** dos *notebooks*.

§4º *Smartphone* compreende todo tipo de aparelho celular com sistema operacional e aplicativos, com funções de telefone, câmera, acesso à internet, relógio digital, tocador de músicas, vídeos, estações de rádio e quaisquer outros recursos típicos de computadores pessoais.

Art. 2º O uso dos aparelhos eletrônicos portáteis pessoais e *smartphones* pelos estudantes das unidades escolares da rede pública estadual de ensino, nas salas de aula ou outros espaços pedagógicos, para além do uso para fins didático-pedagógicos, será permitido quando se tratar de:

I. garantir a acessibilidade: no sentido de assegurar aos estudantes com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades, dentre outros direitos, incluindo os sistemas e tecnologias da informação e comunicação;

II. garantir a inclusão: na perspectiva de proporcionar a todos os estudantes o acesso igualitário ao processo de ensino e aprendizagem, por meio do acolhimento das diferenças com equidade, reconhecendo-as, respeitando-as e criando um ambiente mais democrático no contexto escolar;

III. atender às condições de saúde do estudante: envolve a articulação de práticas educacionais e de saúde que o alertem sobre a importância de uma vida saudável, incluindo informações sobre os riscos, os sinais e a prevenção do sofrimento psíquico decorrentes do uso imoderado dos aparelhos mencionados nos §§ 2º e 3º do art. 1º desta Portaria, bem como o acesso a conteúdo impróprio;

IV. garantir os direitos fundamentais: compreende assegurar ao estudante o acesso à educação de qualidade; à informação; à liberdade de expressão; à segurança; ao respeito à dignidade e individualidade e à cultura digital.

CAPÍTULO II DOS FINS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

Art. 3º Aos estudantes das unidades escolares da rede pública estadual de ensino fica assegurado o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais e telefones celulares para fins exclusivamente didático-pedagógicos nas salas de aula ou outros espaços pedagógicos, a partir do Plano de Ensino do professor e seu respectivo comando de uso durante as aulas.

Art. 4º O Plano de Ensino do professor deverá:

I. conter a identificação da data e tempo/aula em que ocorrerá o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais e telefones celulares, priorizando os equipamentos de propriedade da escola em detrimento dos de propriedade dos alunos;

II. conter a metodologia que evidencie o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais e telefones celulares como ferramentas didático-pedagógicas no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem;

III. ser validado pela equipe pedagógica (coordenador pedagógico e pedagogo), em articulação com a direção da unidade escolar.

Art. 5º Para o Plano de Ensino elaborado pelo professor em que a metodologia pressupõe recursos eletrônicos portáteis que impliquem na utilização da imagem e voz dos estudantes, serão necessários procedimentos específicos a serem desenvolvidos por todos os envolvidos.

§1º A equipe pedagógica deverá:

I. validar, em articulação com a direção da unidade escolar, o Plano de Ensino elaborado pelo professor, especificando a metodologia relacionada à utilização de aparelhos eletrônicos portáteis e *smartphones* como ferramentas didático-pedagógicas, incluindo a identificação da data e tempo/aula em que ocorrerá essa metodologia;

II. alertar os professores e estudantes quanto ao cuidado do uso de imagem e voz em virtude da Lei

n. 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD;

III. orientar o professor quanto à necessidade de o estudante assinar ou, quando este for menor de idade, comunicar à família para que providencie a assinatura do Termo de Cessão de imagem e voz para fins educacionais, contido no Anexo Único desta Portaria.

§2º O professor deverá orientar o estudante a assinar, ou quando este for menor de idade, comunicar à sua família sobre a necessidade de assinatura do Termo de Cessão de imagem e voz para fins educacionais.

§3º O estudante deverá:

I. assinar, ou quando for menor de idade, comunicar à sua família sobre a necessidade de assinatura do Termo de Cessão de imagem e voz para fins educacionais;

II. entregar na Secretaria Escolar o Termo de Cessão de imagem e voz para fins educacionais assinado pela família, para posterior arquivamento desse documento em seu Prontuário.

§4º A família deverá:

I. assinar, quando o estudante for menor de idade, o Termo de Cessão de imagem e voz para fins educacionais, assumindo a corresponsabilidade quanto à orientação da utilização de aparelhos eletrônicos portáteis e *smartphones* como ferramentas didático-pedagógicas;

II. devolver o Termo de Cessão de imagem e voz para fins educacionais assinado ao estudante, possibilitando o prosseguimento das ações pedagógicas pertinentes ao Plano de Ensino que implique na utilização da imagem e voz desse estudante.

§5º A secretaria escolar deverá:

I. receber do estudante ou, quando este for menor de idade, da família o Termo de Cessão de imagem e voz para fins educacionais devidamente assinado;

II. arquivar o referido Termo, devidamente assinado, no Prontuário do estudante.

§6º A direção escolar deverá:

I. promover condições tecnológicas para a efetivação do Plano de Ensino do professor em que a metodologia pressupõe recursos eletrônicos portáteis que impliquem na utilização da imagem e voz dos estudantes;

II. validar, em articulação com a equipe pedagógica, o Plano de Ensino elaborado pelo professor em que a metodologia pressupõe recursos eletrônicos portáteis que impliquem na utilização da imagem e voz dos estudantes.

Art. 6º Na perspectiva de apoiar os estudantes da educação básica impactados emocionalmente pela Lei n. 15.100/2025, será necessária a inserção da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar - APOIE nesse processo de salvaguardar a saúde mental e o bem-estar desses estudantes.

§1º A equipe APOIE-ESCOLA (equipe da APOIE que trabalha diretamente na escola), orientada e assessorada pelas equipes APOIE-SRE (equipe da APOIE que trabalha nas Superintendências Regionais de Educação - SREs) e G-APOIE (a Gerência da APOIE que funciona na unidade Central da SEDU), proporcionará, no ambiente escolar, momentos de escuta e de acolhimento para estudantes ou servidores que estejam em sofrimento psíquico e mental decorrentes do uso imoderado de telas e de nomofobia.

§2º Entende-se por nomofobia o medo irracional de ficar sem o seu celular ou ser impedido de usá-lo por algum motivo, como ausência de conexão à internet ou bateria fraca, causador de ansiedade, angústia, insônia e desatenção.

§3º Os momentos de escuta e de acolhimento tratados no §1º deste artigo deverão ser registrados em relatório para encaminhamentos que se fizerem necessários a quem for de competência.

§4º A coordenação pedagógica, articulada com a direção escolar, desenvolverá estratégias educacionais formativas com os estudantes, informando-lhes sobre os riscos, os sinais e a prevenção do sofrimento psíquico e o uso imoderado dos aparelhos eletrônicos portáteis pessoais e *smartphones*.

Art. 7º O Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Espírito Santo - CEFOPE/SEDU promoverá cursos formativos sobre a Lei n. 15.100/2025 e seus efeitos na comunidade escolar.

CAPÍTULO III DA PROIBIÇÃO

Art. 8º O uso dos aparelhos eletrônicos portáteis pessoais e telefones celulares, para fins não didático-pedagógicos, está proibido durante as aulas, recreio ou intervalos entre as aulas.

§1º Essa proibição tem como objetivo principal salvaguardar a saúde mental, física e psíquica das crianças, adolescentes, jovens e adultos estudantes da educação básica da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo.

§2º Excetuam-se, de forma excepcional, da referida proibição as situações, comprovadamente, de estado de perigo, estado de necessidade ou caso de força maior.

§3º Quando não utilizados para fins didático-pedagógicos, como previsto nesta Portaria, os aparelhos de que trata o *caput* deste artigo estarão desligados no âmbito da unidade escolar.

§4º A inobservância à proibição expressa no *caput* deste artigo poderá incorrer em responsabilidade criminal em virtude das prerrogativas da Lei n. 10.406/2002.

Art. 9º Qualquer conduta irregular e/ou ação delituosa no que se refere ao uso de sistema eletrônico, digital ou similares é passível de responsabilidade criminal conforme a Lei n. 12.735/2012.

Parágrafo único. Entende-se por ação delituosa: crimes contra a honra, crime de ameaça, crimes de

Vitória (ES), segunda-feira, 03 de Fevereiro de 2025.

preconceito de raça ou de cor, violação de direito autoral, escárnio por motivo de religião, apologia de crime ou criminoso e crime de divulgação do nazismo.

Art. 10. Quanto à proibição prevista em Lei, será necessário adotar os seguintes procedimentos:

I. a direção escolar e a equipe pedagógica da unidade escolar dialogarão com a comunidade escolar sobre a Lei n. 15.100/2025 e suas implicações;

II. todos os profissionais da unidade escolar devem orientar e solicitar que o estudante desligue e guarde consigo os aparelhos eletrônicos portáteis e telefones celulares quando não forem utilizados para fins pedagógicos;

III. o estudante, que se recusar a cumprir com a solicitação do inciso anterior, similar ao previsto no Regimento Comum das Escolas Estaduais vigente e em seu regimento escolar específico, terá essa atitude tratada como ato indisciplinar leve, sendo advertido verbalmente e a ocorrência registrada pela coordenação escolar;

IV. o estudante que reincidir em até 03 (três), com o comportamento de uso indevido, terá sua família convocada para registro junto à coordenação escolar e responsabilização dos fatos;

V. o estudante que exibir filmagem, fotografia, gravação sonora ou distribuir materiais difamatórios, pornográficos, racistas ou preconceituosos contra qualquer membro da comunidade escolar, em ambientes físicos ou virtuais, terá esse comportamento tratado como ato infracional, conforme previsto no Regimento Comum das Escolas Estaduais vigente e seu regimento escolar específico;

VI. a coordenação escolar arquivará o registro do ato indisciplinar leve no Prontuário do Estudante na Secretaria.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. A família, quando se tratar de estudante menor de idade, deverá reiterar ao estudante que a utilização de aparelhos eletrônicos portáteis e telefones celulares, exclusivamente no contexto de sala de aula ou em outro espaço pedagógico, é de grande relevância para sua saúde mental e física.

Art. 12. A partir do disposto no art. 17 da Lei n. 8.069/1990, é vedado a todos os profissionais da unidade escolar o recolhimento de quaisquer aparelhos eletrônicos portáteis pessoais e *smartphones* do estudante.

Art. 13. A unidade escolar deverá contemplar no seu Projeto Político-Pedagógico - PPP e no Regimento Escolar a inserção do uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais e de telefones celulares na sala de aula ou em outro espaço pedagógico como ferramentas didático-pedagógicas nos termos estabelecidos nesta Portaria.

Art. 14. As unidades escolares da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo deverão fazer referência aos critérios estabelecidos nesta Portaria,

em alinhamento com o Regimento Comum vigente, no seu Regimento Escolar.

Art. 15. Revoga-se a Portaria SEDU n. 107-R, de 12 de agosto de 2016, DIO/ES 16/08/2016.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vitória/ES, 31 de janeiro de 2025.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação

ANEXO ÚNICO À PORTARIA N. 029-R, DE 30 DE JANEIRO DE 2025.

TERMO DE CESSÃO DE IMAGEM E VOZ PARA FINS EDUCACIONAIS

Nome:
Idade:
Nacionalidade:
Estado Civil:
Profissão:
CPF:
Endereço:
CEP:
Cidade:
UF:
Telefone:
E-mail:

Ora designado CEDENTE, firma e celebra com (nome da unidade escolar e endereço completo), designado CESSIONÁRIO, o presente TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ PARA FINS EDUCACIONAIS mediante as cláusulas e condições abaixo discriminadas, que voluntariamente aceitam e outorgam:

Por meio do presente instrumento autorizo a (unidade escolar tal) a utilizar minha imagem e/ ou voz, captada por meio de fotografias, gravações de áudios e/ou filmagens de depoimentos, declarações, videoconferência, conferência web, entrevistas e/ou ações outras realizadas a serem utilizados com fins educacionais na rede pública estadual de ensino do Espírito Santo.

Afirmo ter ciência que a transferência é concedida em caráter total, gratuito e não exclusivo, não havendo impedimento para que o(s) CEDENTE(s) utilize(m) o material captado como desejar(em).

Afirmo, também, estar ciente de que os dados ora coletados serão utilizados exclusivamente para os fins administrativos, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e do Decreto Estadual nº 4922-R/2021, que instituiu a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade do Poder Executivo Estadual, além de prover dados para informações que serão prestadas aos eventuais órgãos governamentais de controle.

Declaro que a (unidade escolar) está autorizada a ser proprietária dos resultados do referido material produzido, com direito de utilização, do todo ou em parte, deste material ou de qualquer reprodução do mesmo em conexão com a Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo.

Declaro ainda que renuncio a qualquer direito de fiscalização ou aprovação do uso da imagem e outras informações ou de utilizações decorrentes da mesma. Reconheço que a Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo confiará nesta autorização de forma absoluta e concordo em não exigir qualquer indenização relacionada ao exercício das autorizações concedidas por meio deste instrumento.

A cessão objeto deste Termo abrange o direito do CESSIONÁRIO de utilizar a IMAGEM E VOZ do CEDENTE sob as modalidades existentes, tais como reprodução, representação, tradução, distribuição, entre outras, sendo vedada qualquer utilização com finalidade lucrativa.

Os dados preenchidos neste Termo serão armazenados pela (unidade escolar) com toda segurança pelo período de 05 (cinco) anos para caso a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e órgãos governamentais de controle requisitem informações sobre o tratamento. Após esse prazo, os dados serão anonimizados e utilizados para geração de estatísticas e imediatamente eliminados nos termos da Lei. Sendo assim, esses dados poderão ser compartilhados apenas com o Judiciário, com a ANPD e órgãos governamentais de controle, com a finalidade de atendimento à requisição legal. Não haverá compartilhamento com nenhuma organização terceira.

Assinatura do CEDENTE

_____(local)/ES, ____ de _____ de _____.
Protocolo 1483814

PORTARIA Nº 198-S, DE 31 DE JANEIRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.043/1975,

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR os efeitos da Portaria nº 1154-S, de 18/12/2023, publicada no Diário Oficial de 19/12/2023, que designou **CAMILA SIMÃO FRACALLOSSI**, nº funcional 3118550, vínculo 1, para exercer a Coordenador de Projetos CP-FG, a partir da publicação.

Art. 2º CESSAR os efeitos da Portaria nº 1154-S, de 18/12/2023, publicada no Diário Oficial de 19/12/2023, que designou **LEILA BRUNELLI BORGIO**, nº funcional 2894017, vínculo 2, para exercer a Coordenador Geral FG-COOD, a partir da publicação.

Art. 3º DESIGNAR as servidoras abaixo relacionadas para exercerem as Funções Gratificadas, nesta Secretaria de Estado da Educação, a partir da publicação:

NOME	CARGO EFETIVO	FUNÇÃO GRATIFICADA
CAMILA SIMÃO FRACALLOSSI	Analista Executivo	FGA-II
LEILA BRUNELLI BORGIO	Analista Executivo	FGA-II

Vitória, 31 de janeiro de 2025.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação
Protocolo 1483825

PORTARIA Nº 199-S, DE 31 DE JANEIRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.043/75, e tendo em vista o que consta no processo nº 2023-FZ9GV,

RESOLVE:

DISPENSAR, a partir de 03/02/2025, **ALESSANDRO ERIK BICALHO**, MAPB, nº funcional 2523833, vínculos 24 e 25, da função de Diretor Escolar da **EEEFM PROFESSORA PETRONILHA VIDIGAL**, município de Cachoeiro de Itapemirim.

Vitória, 31 de janeiro de 2025.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação
Protocolo 1484049

PORTARIA Nº 200-S, DE 31 DE JANEIRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.043/75, e tendo em vista o que consta no processo nº 2023-QTX1S,

RESOLVE:

DISPENSAR, a partir de 31/01/2025, **GUSTAVO ATALLAH HAUN**, MAPB, nº funcional 4022556, vínculo 1, da função de Diretor Escolar das escolas que compõem o **CONSÓRCIO CONCEIÇÃO DA BARRA**, município de Conceição da Barra.

Vitória, 31 de janeiro de 2025.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação
Protocolo 1484052

PORTARIA Nº 201-S, DE 31 DE JANEIRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.043/1975,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR, a partir de 31/01/2025, **TADEU DAVEL MOGNHOL**, nº funcional 2946475, vínculo